

Museologia e educação no estuário do Itapicuru: dimensões pedagógicas de um diálogo intercultural

Museology and education in the Itapicuru estuary: pedagogical dimensions of a intercultural dialogue

198

Manoela Paiva¹
Mariana Moura Souza²
Charbel N. El-Hani³
Sidélia Santos Teixeira⁴

DOI 10.26512/museologia.v14i27.56854

Resumo

O presente artigo investiga as interseções entre Museologia e as práticas educacionais desenvolvidas na Escola Municipal Brazilina Eugênia de Oliveira, situada no Estuário do rio Itapicuru, Bahia, Brasil. O estudo destaca a formação de uma Comunidade de Prática (CoP), que atua como uma zona de contato e articulação entre conhecimentos escolares e locais, com ênfase nos que se relacionam com a pesca artesanal. Por meio dessa abordagem inter e transdisciplinar, busca-se fortalecer o diálogo entre as comunidades e a escola, promovendo espaços de trocas e diálogos acerca dos meios de valorização do patrimônio cultural, ambiental, material e imaterial, incentivando práticas educativas que integrem perspectivas do cotidiano das comunidades ao ensino e aprendizado dos estudantes.

Palavras-chave

Museologia; Comunidade de Prática; escola; pesca artesanal; Sociomuseologia.

Abstract

The article investigates the intersections between Museology and educational practices developed at the Escola Municipal Brazilina Eugênia de Oliveira, located in the Estuary of the Itapicuru River, Bahia, Brazil. The study highlights the formation of a Community of Practice (CoP), which acts as a contact and articulation zone between school and local knowledge, with emphasis on those related to artisanal fishing. This inter and transdisciplinary approach, aims to strengthen the dialogue between the communities and the school, promoting spaces of dialogue about local culture, environmental, material and immaterial heritage, encouraging educational practices that integrate perspectives from the community's daily life into the teaching and learning process of students.

Keywords

Museology; Community of Practice; school; artisanal fishing; Sociomuseology.

Introdução

O artigo relata experiências museológicas que foram desenvolvidas em parceria com professores e estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) da Escola Municipal Brazilina Eugênia de Oliveira (Figura 1), localizada no Estuário do Itapicuru em Poças, município do Conde, litoral norte do Estado

1 Graduada em Museologia pela Universidade Federal da Bahia, bacharela em direito pela União Metropolitana de Educação e Cultura e mestranda pelo PPG de Museologia da UFBA.

2 Graduada em Museologia pela Universidade Federal da Bahia e mestranda pelo PPG de Museologia da UFBA.

3 Professor Titular do Instituto de Biologia, Universidade Federal da Bahia, onde coordena o Laboratório de Ensino, Filosofia e História da Biologia (LEFHBio). Seu trabalho de pesquisa inclui as áreas de história, filosofia e ensino de ciências, filosofia da biologia e ecologia/conservação.

4 Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Museologia e Mediação Cultural. Doutorado em Estudos Contemporâneos. Atua na área de ação cultural.

da Bahia (Figura 2). Essa escola é frequentada por estudantes das comunidades de Poças e Siribinha. Essas experiências tiveram lugar como parte de um projeto da UFBA que vem sendo desenvolvido desde o ano de 2016, coordenado pelo Prof. Charbel Niño El-Hani, membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (INCT IN-TREE), financiado pelo CNPq e pela FAPESB. O projeto tem como objetivo desenvolver e investigar práticas colaborativas com as comunidades locais, nos campos educacional e de conservação. Na escola, o propósito é investigar, numa comunidade de prática (CoP), propostas pedagógicas interculturais, que coloquem em diálogo os conhecimentos escolares e locais.

Figura 1: Escola Brazilina Eugênia de Oliveira



Fonte: Mariana Moura Souza (2024)

Figura 2: Localização das comunidades pesqueiras artesanais de Poças e Siribinha, no município de Conde-BA.



Fonte: Menezes, 2015, p. 10 (reproduzida com autorização)

Durante a atuação em campo dos pesquisadores do grupo acima citado, houve a identificação de uma demanda pela preservação da memória coletiva na região, por meio da criação de uma instituição museal. Essa iniciativa surgiu por parte de uma docente da Escola Municipal Brazilina Eugênia de Oliveira, que compartilhou sua ideia sobre uma instituição museal na região. Dessa forma,

o Departamento de Museologia da Universidade foi contactado e a professora Sidélia Santos Teixeira indicada para atuar na pesquisa devido sua experiência na área da Museologia Social.

O presente artigo propõe, portanto, abordar as conexões entre a Museologia e metodologias colaborativas, destacando algumas possibilidades de diálogos interdisciplinares. Essa articulação ocorreu por intermédio do projeto de pesquisa mencionado no parágrafo anterior, associado ao Laboratório de Ensino, Filosofia e História da Biologia (LEFHBio), Instituto de Biologia/UFBA, de caráter inter e transdisciplinar.

Sendo assim, em 2018, sob a supervisão da Profa. Sidélia Santos Teixeira, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA, foi iniciado um trabalho colaborativo para o desenvolvimento de estratégias sócio referenciadas no campo da Museologia, construindo-se, em conjunto, com as comunidades e professoras propostas de musealização de memórias relacionadas às comunidades pesqueiras do Estuário. Nesse cenário, trata-se de uma pesquisa-ação, entendida como uma abordagem metodológica que possibilita a compreensão de aspectos da memória coletiva local, viabilizando ainda a manutenção da diversidade cultural e natural do território e as representatividades dos patrimônios materiais e imateriais, a partir da perspectiva comunitária.

A expectativa é de que este trabalho colaborativo possa contribuir para viabilizar o exercício do “direito à memória” (Chauí, 1992) dessas comunidades, articulando a Museologia à Educação, por meio de processos museais que também podem operar fora das instituições museológicas, numa articulação crítica entre memória e cultura que pode viabilizar transformações sociais. A Política Nacional de Educação Museal (Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021) reafirma a importância desta função ao propor práticas que considerem as dinâmicas sociais e fortaleçam as subjetividades, considerando também aspectos como raça, gênero, geração e território.

Nesse contexto, os processos museais educativos podem funcionar também como possibilidades de enfrentamento às privações de direitos que acarretam consequências socioeconômicas, ambientais, e políticas, principalmente em alguns contextos no Brasil tendo em vista que a colonização impactou diretamente no tratamento e uso da memória como “ferramenta de intervenção social” (Chagas, 2002) de diversos grupos sociais.

Sendo assim, foi possível perceber, durante nosso trabalho em campo, que a demanda pela preservação das referências patrimoniais pode operar como uma estratégia de proteção e valorização da cultura e dos conhecimentos locais, especialmente do conhecimento pesqueiro artesanal. De forma coletiva, as educadoras, presentes e atuantes na escola da comunidade de Poças, identificaram a necessidade de um espaço, como o museu, para suprir lacunas no que tange à saúde cultural das comunidades. Conforme explica Costa (2018), o patrimônio pode funcionar como ferramenta para o trabalho de pedagogia social, viabilizando: “[...] a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, na qual o afeto catalisador, a memória afetiva e a autoestima elevada são fundamentos de base para obtenção da saúde integral (Costa, 2018: 234)”.

A problemática da proteção e valorização do patrimônio cultural nas comunidades estudadas acentua-se, na medida em que constata-se a ausência de abordagens sobre a cultura e a memória locais no currículo escolar. Ademais, há uma preocupação, por parte dos mais velhos, de que os jovens estejam desconectados de aspectos culturais próprios das identidades locais, principalmente aqueles ligados às práticas de pesca e mariscagem.

Assim, a partir dos dados levantados, foi escolhida uma abordagem sociomuseológica para trabalhar em conjunto com as comunidades. A pesquisa vem sendo desenvolvida a partir do desenvolvimento de ações culturais e educativas que fomentam o diálogo sobre o patrimônio, abrangendo as dimensões materiais, imateriais e ambientais, em colaboração entre saberes, visando uma abordagem intercultural e transdisciplinar, indo além das dinâmicas dentro da escola e abrangendo também os moradores das comunidades.

A interculturalidade, como descrita por El-Hani (2022), é um processo dinâmico de interação de culturas diferentes, caracterizado por trocas, negociações e, frequentemente, tensões e conflitos. Não se trata apenas de respeitar as diferenças, mas, sobretudo, de estimular a construção compartilhada de saberes e práticas, gerando novos espaços de diálogos e conexões (García Canclini, 2004). É nesse sentido que a interculturalidade se conecta à transdisciplinaridade, aqui entendida como um processo de interação de atores acadêmicos e não-acadêmicos capaz de gerar processos de coprodução de conhecimentos e práticas para lidar com problemas enfocados por ambos os atores. No campo educativo, a interculturalidade é essencial para que práticas pedagógicas incluam tanto conhecimentos locais quanto escolares, ampliando as possibilidades de aprendizagem para ambos os lados.

Neste contexto, tanto a escola quanto o projeto inter- e transdisciplinar no qual estamos envolvidos podem ser compreendidos como zonas de contato cultural (El-Hani, 2022), com base no conceito de “zona de contato”, introduzido por Mary Louise Pratt (2008) que considera: “[...] espaços sociais onde culturas diferentes se encontram, se chocam e se enfrentam, frequentemente em relações altamente assimétricas (p. 8)”. Elas também envolvem interações marcadas por negociações, conflitos e trocas, em que os atores envolvidos, mesmo em contextos de desigualdade, participam de processos de resistência, adaptação e recriação cultural. A ideia de “contato” enfatiza a dimensão interativa e improvisada desses encontros, rompendo com a visão de imposição unilateral de uma cultura sobre outra.

Pratt (2008) utiliza desse conceito para analisar as interações coloniais, destacando que, apesar das assimetrias e opressões existentes e inegáveis, as zonas de contato cultural não se restringem a dinâmicas de dominação. Elas também dão origem, frequentemente, a novas formas de organização cultural e social, tornando-se também espaços de formação de identidades, transformação e criação cultural.

El-Hani (2022) explica como, no contexto de pesquisa educacional realizada com as comunidades pesqueiras, a escola é entendida como uma zona de contato, onde diferentes grupos sociais – estudantes, professores, pescadores, marisqueiras e comunidade acadêmica - se encontram. Esses encontros podem gerar fricções que levam à hibridização cultural, um processo no qual novos arranjos culturais, ou novas propostas pedagógicas, podem emergir da interação entre diferentes saberes. Esse fenômeno não elimina as diferenças, mas as reorganiza, possibilitando que novos horizontes culturais desponham das interações entre distintos modos de conhecer (Bhabha, 2015).

A hibridização cultural é especialmente relevante em contextos de globalização, nos quais as interações interculturais são intensificadas. Comunidades locais não se encontram alheias a tais processos, na medida em que os desafios que enfrentam são, de muitas maneiras, desafios globais, a exemplo das mudanças climáticas que ameaçam a sobrevivência das comunidades. Além disso, nas comunidades pesqueiras com as quais trabalhamos, uma dimensão importante

Museologia e educação no estuário do Itapicuru:
dimensões pedagógicas de um diálogo intercultural

de contato cultural se situa na relação entre conhecimentos pesqueiros, escolares e científicos, que tanto convergem quanto se diferenciam, criando novos sentidos e formas de valorização cultural (El-Hani, 2023).

Clifford (2016), por sua vez, aplica o conceito de zona de contato aos museus, destacando-os como espaços de encontros entre comunidades diversas e as narrativas que essas comunidades produzem. Ele ilustra como, em contextos museológicos, objetos muitas vezes descontextualizados em coleções são ressignificados por meio das histórias, memórias e lutas dos povos representados, abrangendo, portanto, não apenas o encontro de culturas ou de transações objetivas, mas negociações que envolvem múltiplas camadas de significado.

Um objeto em um museu, por exemplo, pode ser simultaneamente um artefato estético, um registro histórico e um símbolo de lutas políticas contemporâneas. As comunidades envolvidas podem ter diferentes expectativas sobre o papel desses objetos e as negociações, em zonas de contato, precisam considerar essas pluralidades de significados, em um processo contínuo de renegociação de responsabilidades e pertencimentos. Clifford destaca:

Quando os museus são vistos como zonas de contato, sua estrutura organizacional enquanto coleção se torna uma relação atual, política e moral concreta – um conjunto de trocas carregadas de poder, com pressões e concessões de lado a lado (Clifford, 2016:5).

El-Hani (2022) aborda a questão do poder assimétrico nas zonas de contato cultural, ao discutir como o conhecimento acadêmico frequentemente prevalece sobre os conhecimentos locais, frequentemente silenciados em contextos escolares. Ele defende que práticas educativas interculturais precisam promover uma maior simetria nessas relações, que favorece o diálogo com os conhecimentos das comunidades no contexto educacional, bem como no contexto da pesquisa, criando-se condições para que as comunidades participem ativamente da construção de conhecimentos, em vez de serem apenas objetos de estudo. Trata-se de buscar relações mais simétricas nas quais a pesquisa não seja sobre, mas com as comunidades (Bollettin, Ludwig & El-Hani, 2023).

A Comunidade de Prática (Cop) Como Estratégia Transdisciplinar

Uma estratégia do projeto que possibilita essas “zonas de contato”, explicadas anteriormente, é uma Comunidade de Prática (CoP) envolvendo as docentes locais e os pesquisadores, que foi constituída desde o começo do trabalho na escola:

Em suma, a CoP busca transformar a pesquisa em aprendizagem constante, tanto para as professoras locais, quanto para as/os pesquisadores da universidade, assim como possibilitar a construção de novas vias para o trabalho docente na escola local, por meio das quais os conhecimentos e as práticas das comunidades adentrem as salas de aula. (Hani, 2022: 16).

A CoP desempenha um papel fundamental pois é por intermédio dela que discutimos propostas de ações educacionais e de pesquisa a serem desenvolvidas e implementadas em colaboração com as professoras. Duas discentes de Museologia que entraram no projeto por intermédio da Iniciação Científica, fazem parte dessa CoP e é, em seu âmbito, que ocorrem as negociações e propostas de trabalho conjunto referente a temática.

No âmbito da CoP, os processos de negociação não se limitam a acordos práticos, mas incluem discussões sobre bases teórico-metodológicas do trabalho, conhecimentos docentes, valores, prioridades e representações culturais. A reciprocidade se manifesta, por exemplo, na forma como as professoras locais, muitas delas integrantes das comunidades pesqueiras, participam ativamente da elaboração, implementação e investigação de estratégias pedagógicas. Isso fortalece o engajamento das professoras e das comunidades e também transforma o papel da escola como um agente ativo na preservação e valorização do patrimônio cultural local, especialmente no que diz respeito à manutenção da identidade das comunidades pesqueiras. Isso é importante porque assumimos no projeto que não devemos tomar conhecimentos e práticas das comunidades como peças de museu a serem conservadas (frequentemente para usufruto de quem não é da comunidade), uma vez que a cultura se transforma com o tempo e ocorre frequentemente por contatos culturais. O fundamental - assim pensamos - é a conservação de conhecimentos e práticas que têm papel na construção e manutenção da identidade das comunidades, nesse caso, pesqueiras.

Esse processo reflete a perspectiva de Clifford (2016), que aponta que as negociações em zonas de contato museológicas frequentemente resultam na transformação de objetos e narrativas. De maneira análoga, na CoP, os processos educativos se tornam parte de uma ação museal ampliada, que inclui pesquisa sobre práticas culturais e ambientais relevantes para a preservação de patrimônios comunitários fundamentais para a identidade das comunidades.

As metodologias construídas em parceria com pessoas das comunidades refletem a essência do processo museal enquanto ferramenta de valorização cultural. Na CoP, o diálogo com as professoras permite a identificação de quais elementos do patrimônio cultural e ambiental local devem ser priorizados nas ações educativas. Essa abordagem colabora para a formação acerca da educação museal, não apenas como prática educativa tradicional, mas como um processo cultural que reforça as conexões entre memória, identidade e território.

As ações educativas desenvolvidas a partir desse processo colaborativo são transformadoras porque ressignificam as relações entre educação formal e não-formal. Ao colocar conhecimentos sobre os patrimônios locais em diálogo com as práticas escolares, busca-se valorizar os conhecimentos locais, mas também cria-se uma ponte entre a escola e os processos de musealização de patrimônios locais, que se fortalecem mutuamente ao integrarem educação, memória e ação social. Podemos observar que os processos de troca que acontecem no âmbito escolar das comunidades pesqueiras apresentam dinâmicas semelhantes às aquelas que deram origem ao Museu Didático-Comunitário de Itapuã como explica a professora Maria Célia Santos:

Objetivando realizar ações de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, engajaram-se no projeto dois monitores que estavam atuando na disciplina Técnica de Museu III (ação cultural e educativa dos museus) sob a nossa responsabilidade no Curso de Museologia; pretendíamos, através das ações executadas em conjunto, trazer para a sala de aula as discussões e o material produzido no decorrer do processo de construção do Museu Didático-Comunitário de Itapuã, com o objetivo de enriquecer o processo de ensino/aprendizagem (Santos, 1996: 148).

A CoP, enquanto zona de contato, exemplifica como os processos de negociação e reciprocidade podem ser incorporados ao desenvolvimento de metodologias no campo da educação museal. A colaboração entre pesquisado-

res, professoras e comunidades possibilita a criação de ações educativas que primam por valorizar o patrimônio cultural e transformá-lo em uma ferramenta de empoderamento comunitário, que contribua para a manutenção da identidade das comunidades.

A partir desses conceitos, torna-se possível compreender a relevância da interdisciplinaridade como uma abordagem que conecta diferentes comunidades acadêmicas para responder aos desafios complexos da educação e da preservação cultural. No caso do projeto desenvolvido no estuário do rio Itapicuru, a colaboração inter- e transdisciplinar exemplifica essa integração, unindo ciências biológicas, sociais e humanas para compreender e valorizar os patrimônios naturais e culturais das comunidades pesqueiras.

Além disso, torna-se possível compreender as possibilidades e contribuições da transdisciplinaridade na medida em que, além de articular essas áreas de conhecimento, o projeto busca promover um diálogo entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo as aproximações e diferenças ontológicas, epistemológicas e axiológicas entre elas (Ludwig & El-Hani, 2020). Em vez de simplesmente integrar esses saberes, o que pode levar a uma apropriação pelos pesquisadores acadêmicos somente dos conhecimentos das comunidades que são compatíveis com seus pressupostos ontológicos, epistemológicos e axiológicos, o objetivo é criar espaços de negociação e colaboração que respeitem as especificidades dos conhecimentos e das práticas locais, de suas raízes culturais e de seus contextos históricos, levando-as a sério mesmo quando em conflito com nossos pressupostos, assim potencializando nossa aprendizagem a partir delas (El-Hani, 2022; El-Hani & Ludwig, no prelo). Assim, as abordagens transdisciplinares propostas não apenas ultrapassam os limites disciplinares tradicionais, mas também questionam as hierarquias de poder entre as formas de conhecimento.

Educação Intercultural e Museologia

No contexto do projeto desenvolvido no estuário do Rio Itapicuru, a educação intercultural tem sido por nós compreendida como um processo contínuo e essencial que eventualmente pode acarretar em inovações no campo da Sociomuseologia, por abarcar a subjetividade dos interesses e demandas das comunidades locais. Mais do que um conjunto de atividades formais e isoladas, a educação intercultural emerge como um campo de práticas e reflexões que busca construir um olhar crítico sobre o patrimônio local, estabelecendo conexões entre os sujeitos e as narrativas que dão sentido à memória coletiva.

Nesse sentido, a possível criação de um museu comunitário não se limitaria à materialização de um espaço expositivo. Pelo contrário, ela é precedida e sustentada por um processo educativo que envolve a identificação, valorização e interpretação do patrimônio local em diálogo com os conhecimentos e as práticas das comunidades.

Conforme abordada no Caderno da Política Nacional de Educação Museal (PNEM, 2018), a educação museal é descrita como uma modalidade educacional e também como um campo científico em consolidação. O termo “museal” é um neologismo que qualifica o que é relativo ao museu, diferenciando-o de outros domínios. Nesse contexto, a Educação Museal refere-se ao conjunto de práticas e reflexões relacionadas às ações educativas realizadas em museus, incluindo planejamento, sistematização, execução, registro e avaliação dessas ações:

[...] a Educação Museal é uma peça no complexo funcionamento da educação geral dos indivíduos na sociedade. Seu foco não está em objetos ou acervos, mas na formação de sujeitos por meio de sua interação com os bens musealizados, os profissionais dos museus e a experiência proporcionada pelas exposições (PNEM, 2018: 74).

A educação museal nesse contexto atua como uma ferramenta para integrar educação, memória e ação social. Ao longo do caminho para a possível criação de um museu, o intuito é estimular o senso crítico acerca do patrimônio através de práticas educativas que promovam espaço para discussões em torno da autopercepção e a autorrepresentação da comunidade, por meio de memórias, narrativas e tradições que são verdadeiramente representativas de sua vivência. Mais do que apenas preservar a memória, essa abordagem busca transformá-la em um recurso para a construção de um futuro mais consciente e conectado com as raízes culturais valorizadas pelas comunidades locais.

A conscientização crítica sobre o valor do próprio patrimônio é um passo crucial para que os moradores se insiram de maneira mais ativa nas discussões sobre preservação e desenvolvimento. Esse processo educativo transcende os limites do museu, influenciando a maneira como a comunidade se posiciona em relação ao território, às políticas públicas e às práticas de aprendizagem cultural.

Na discussão sobre o papel da educação museal como processo, é importante destacar as ações realizadas em campo, que materializaram essa abordagem no contexto do projeto no estuário do Rio Itapicuru. Essas práticas educativas, concebidas de forma colaborativa com as professoras e moradores locais, exemplificam como os conceitos de diálogo intercultural, autorrepresentação e construção de saberes podem ser aplicados na prática.

Entre as atividades realizadas, a Aula Andante e a Árvore do Patrimônio emergiram como metodologias com a intenção de promover conexão entre o patrimônio local, os conhecimentos e as práticas das comunidades, e as práticas educativas. Essas ações tinham por objetivo fortalecer o vínculo com os alunos e professoras locais e também abordar o território como um espaço pedagógico vivo, integrando o cotidiano à reflexão crítica sobre identidade e memória coletiva.

A Aula Andante foi baseada em uma metodologia⁵ que rompe com os limites tradicionais da sala de aula, levando professores e alunos da comunidade a interagirem diretamente com o território. Durante essa atividade, os participantes caminharam por espaços cotidianos significativos da comunidade – definidos juntamente com a professora da turma – enquanto narrativas sobre a história, os conhecimentos e as práticas locais eram compartilhadas. Essa experiência buscou proporcionar uma vivência sensorial e afetiva do patrimônio. Além disso, a Aula Andante possibilitou que os alunos assumissem o papel de porta-vozes do patrimônio local.

A Árvore do Patrimônio⁶ foi uma dinâmica realizada durante uma reunião de Atividade Complementar das professoras, no contexto da Comunidade de Prática (CoP). A atividade teve como objetivo explorar as percepções das educadoras sobre o patrimônio cultural local, promovendo diálogo e constru-

5 Tomamos como base as metodologias desenvolvidas pela profa. Joseania Freitas, titular do Departamento de Museologia da UFBA, que descreve acerca dessa metodologia em seu Memorial para Docente Titular (2018).

6 As metodologias usadas na Aula andante e na Árvore do patrimônio são descritas e analisadas no trabalho de conclusão de curso de Autor (2024).

Museologia e educação no estuário do Itapicuru:
dimensões pedagógicas de um diálogo intercultural

ção coletiva. A montagem de uma árvore tridimensional, cujas partes simbolizavam diferentes aspectos do patrimônio: as raízes representavam memórias e tradições, as folhas simbolizavam aspirações e futuro, e as folhas caídas refletiam perdas e desafios na preservação da história local.

Durante a dinâmica, as professoras conectaram-se com suas memórias individuais e coletivas e identificaram elementos comuns do patrimônio cultural, como a pesca e a convivência comunitária. Elas ressaltaram a importância de manter viva a história local e valorizar práticas tradicionais que fortalecem laços de pertencimento. Também refletiram sobre as mudanças na dinâmica social, destacando a diminuição das interações comunitárias devido à modernização, mas reconheceram a necessidade de união e solidariedade para superar desafios atuais.

A atividade proporcionou um espaço de reflexão crítica sobre o passado e o futuro desejado, reafirmando o papel central do patrimônio cultural na formação da identidade e coesão social da comunidade.

Houve também ações voltadas à ludicidade, atendendo a uma demanda identificada por meio de um questionário elaborado de forma colaborativa com as professoras para ser aplicado na escola Brazilina Eugênia de Oliveira para alunos, professoras, pais e responsáveis. Esse instrumento buscou mapear uma série de informações, incluindo as formas de diálogo preferidas pelos participantes e os aspectos culturais e ambientais considerados mais relevantes na região. Os resultados apontaram que a maioria dos participantes gostaria que houvesse mais atividades baseadas em jogos e brincadeiras. Em resposta a essa preferência, foram elaboradas duas brincadeiras: “Memória do Conde” e “Caça ao patrimônio”, atividades que tinham por intuito de incluir as crianças no incipiente diálogo sobre patrimônio, principalmente o relacionado à pesca artesanal.

Os processos museológicos no Estuário do rio Itapicuru buscam garantir o direito à memória da população local, fundamentando-se no diálogo intercultural para preservar bens materiais e imateriais que sustentam as identidades. Essa abordagem valoriza as memórias de grupos historicamente privados de direitos, destacando a importância de sua autonomia cultural. Além disso, aponta caminhos para políticas públicas que integrem memória e desenvolvimento social, contribuindo para uma sociedade mais plural.

Considerações Finais

O presente artigo buscou refletir sobre as interseções entre Museologia e Educação, em particular a educação intercultural, bem como sobre as relações entre conhecimentos acadêmicos, escolares e locais, demonstrando como esses campos podem se articular em um projeto inter- e transdisciplinar voltado para a valorização do patrimônio e a transformação social. No contexto do estuário do Rio Itapicuru, a educação museal foi abordada como um processo que transcende os limites institucionais, conectando-se diretamente às vivências comunitárias e a um processo de musealização, que, enquanto conceito social, pode eventualmente levar à construção de um museu comunitário.

As ações realizadas em campo exemplificam práticas educativas que buscam criar um diálogo crítico e contextualizado entre conhecimentos locais, escolares e acadêmicos, reconhecendo as especificidades de cada sistema de conhecimento e ressignificando o território como um espaço pedagógico vivo, onde as experiências comunitárias informam e desafiam as perspectivas acadêmicas e escolares. Além disso, essas ações destacaram a importância da

autorrepresentação, da autopercepção e do senso crítico, promovendo um protagonismo genuíno das professoras locais e das comunidades na vontade de preservação de suas memórias e identidades.

Ademais, o conceito de zona de contato evidenciou como os encontros interculturais podem gerar tensões, mas também oportunidades de hibridização cultural e criação de novos arranjos pedagógicos e museológicos. Nesse contexto, a Comunidade de Prática desempenhou um papel fundamental, ao permitir que as negociações entre pesquisadores, professoras e comunidades locais resultassem em metodologias colaborativas mais significativas e contextualizadas.

Esse processo de coprodução de conhecimento reforça a relevância da inter- e da transdisciplinaridade na resposta a desafios complexos, integrando as dimensões culturais, ambientais e sociais que compõem a realidade das comunidades pesqueiras do estuário. A partir dessa abordagem, o projeto tem estabelecido um processo de musealização social que, eventualmente, pode resultar na construção de um museu que possa ser mais do que um espaço de preservação, atuando como um instrumento de transformação social, fortalecendo a relação entre memória, território e futuro almejado.

Por fim, espera-se que as reflexões e experiências aqui apresentadas possam inspirar outras iniciativas que visem promover uma educação museal crítica, inclusiva e transformadora, contribuindo para a consolidação de museus enquanto espaços de justiça social e fortalecimento da identidade cultural.

Referências

BHABHA, Homi K. Foreword. In P. Werbner, & T. Modood (Eds.). *Debating cultural hybridity: multicultural identities and the politics of anti-racism* (pp. ix-xiii). London, United Kingdom: Zed Books. (2015).

BOLLETTIN, P., LUDWIG, D. & EL-HANI, C. (2023). Challenges of symmetrical dialogue: Reflections on collaborative research in Northeast Brazil. *Ethnobiology Letters* 14(2): 47-55.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos eco-museus. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 11, n. 19, p. 7-22, 2002. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/5memoriaepoder.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. *Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. Tradução. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. Acesso em: 14 jan. 2025.

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. *Periódico Permanente*, n. 6, fev. 2016. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-6-1/conteudo/museus-como-zonas-de-contato-j-clifford>. Acesso em: 19 novembro 2024.

COSTA, Heloisa Helena F G da. Patrimônio cultural: o seu, o meu, o nosso na cidade de Salvador, Bahia. In: *Patrimônio, memória e cultura*. EDUFBA. Salvador: 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26531/4/patrimonio-memoria-e-cultura-RI.pdf#page=223>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

Museologia e educação no estuário do Itapicuru:
dimensões pedagógicas de um diálogo intercultural

EL-HANI, C. N. Bases teórico-filosóficas para o design de educação intercultural como diálogo de saberes. *Investigações em Ensino de Ciências*: v. 27 n. 1: Abril de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22600/1518-8795.ienci2022v27n1p01>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

EL-HANI, C. N. Convergências parciais e educação intercultural como diálogo entre sistemas de conhecimento. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. Campina Grande-PB: Realize Editora, v. 1. a.92892. 2023.

El-Hani, C. N. & Ludwig, D. Intercultural Education as Dialogue between Knowledge Systems: Elements of a Theoretical Framework. *Science & Education*.

FREITAS, Joseania Miranda. *Memorial Progressão Vertical de Professora Associada IV para Professora Titular*. Programa de Pós Graduação em Museologia (PPGMuseu). Salvador. 2018. Disponível em: <http://www.ppgmuseu.ffch.ufba.br/pt-br/memorial-professora-joseania-miranda-freitas>. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

GARCÍA Canclini, N. *Diferentes, desiguales y desconectados*. Mapas de la interculturalidad. Barcelona, España: Gedisa. (2004).

IBRAM. Portaria nº 605, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF: 2021.

Instituto Brasileiro de Museus. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em 21 novembro 2024.

Ludwig, D. & El-Hani, C. N. (2020). Philosophy of Ethnobiology: Understanding knowledge integration and its limitations. *Journal of Ethnobiology* 40(1): 3-20.

MENEZES, Lucidalva Andrade de. *Caracterização da paisagem do baixo curso do rio Itapicuru*, Conde/Bahia. Sitientibus, Feira de Santana, n. 53, p. 9-17, jul./dez. 2015.

PAIVA, Manoela F. S. *Uma jornada de identificação patrimonial - crianças e brincadeiras: o caso das comunidades de Poças e Siribinha*. Monografia (TCC em Museologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39858>. Acesso em 8 de janeiro de 2025

PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation* (2a ed.). London and New York, United States of America: Routledge. (2008).

SANTOS, M. C. T. M. *Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário*. Edições Universitárias Lusófonas: 1996. Disponível em: <https://research.ulusofona.pt/pt/publications/processo-museol%C3%B3gico-e-educa%C3%A7%C3%A3o-construindo-um-museu-did%C3%A1tico-com>. Acesso em: 8 de janeiro de 2025.

Manoela Paiva
Mariana Moura Souza
Charbel N. El-Hani
Sidélia Santos Teixeira

SOUZA, Mariana M. *Memória, patrimônio e educação: metodologias colaborativas em comunidades pesqueiras, o caso da Escola Brasileira Eugênia de Oliveira, Poças, Conde, Bahia, Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2024.*

*Recebido em janeiro de 2025.
Aprovado em agosto de 2025.*

209

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA